



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Documentação Pedagógica: experiências com projetos

Sinop, v. 9, n. 1 (23. ed.), p. 506-522, jan./jul. 2018

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

A ESCOLA E AS NOVAS FAMÍLIAS:

a importância do tema adoção nos projetos políticos pedagógicos

Gilmara Lupion Moreno

Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR - Brasil

RESUMO

O artigo tem por objetivo refletir sobre a diversidade de arranjos familiares, e o papel da escola junto às famílias adotivas. Trata-se de um estudo bibliográfico com base na tese de doutorado da autora que versa sobre a relação professor-escola-família; e nos estudos realizados em um projeto de pesquisa sobre a adoção na escola. Os resultados consistem na produção e disseminação do conhecimento, contribuindo para a construção de uma cultura da adoção nas escolas. Por fim, espera-se que por meio da pesquisa possamos vencer os mitos e preconceitos da adoção, dando visibilidade a temática na área da educação.

Palavras-chave: Escola. Diversidade Familiar. Adoção.

1 INTRODUÇÃO

Que famílias chegam às escolas? As famílias das crianças brasileiras são constituídas por uma mãe e um pai, por um pai ou uma mãe, por madrastas ou padrastos, em coparentalidade, por famílias alargadas, por avós e avôs, por tios e tias, por irmão e irmã e por famílias reconstituídas, reagrupadas, adotivas e de acolhimento.

É inquestionável a importância da relação escola-família na educação da criança, entretanto, ainda encontramos escolas e famílias que apresentam dificuldades sem estabelecer satisfatoriamente tal relação. Agrega-se aqui o fato da existência, hoje, de uma significativa diversidade de arranjos familiares. Desse modo,

convém que as instituições de ensino se ajustem às novas realidades, para não incorrerem em situações preconceituosas.

Dentre as inúmeras possibilidades de constituições familiares, trataremos nesse artigo da família constituída por adoção. A cultura da adoção no Brasil, bem como a ausência de conhecimentos sobre adoção nos cursos de formação inicial e continuada dos professores de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, mostram que muitos deles, não sabem como lidar com a criança que revela sua origem adotiva. “Ficam surpresos, chocados ou encontram aí a justificativa para alguma dificuldade escolar apresentada, seja cognitiva ou comportamental.” (VELOSO, 2015, p. 89).

Nesses casos, a falta de informações e ideias preconcebidas sobre a adoção podem nortear a relação entre o professor e a criança adotada, de forma equivocada, quando, por exemplo, o professor a protege de forma exagerada. “Não há motivo para ter ‘compaixão’ porque a criança foi adotada, nem tão pouco protegê-la. [...] O sistema educacional precisa entender e enfrentar a diversidade social, a nova realidade familiar e novos conceitos” (SOUZA; CASANOVA apud VELOSO 2015, p. 91).

De acordo com Moreno (2012), em sua tese de doutorado que versou sobre a relação professor-escola-família na educação da criança de 4 a 6 anos, dentre as questões trabalhadas, a autora aborda a diversidade de arranjos familiares existentes nos dias atuais, perguntando inclusive à direção, à coordenação e aos professores participantes da pesquisa, como a escola trabalha com as crianças e suas famílias a especificidade dos diferentes arranjos familiares.

Constatou-se por meio das respostas das participantes de um dos campos de pesquisa¹, que para a maioria delas, as famílias que não se enquadram no modelo ideal de família (pai, mãe e filhos) ainda causam espanto ou omissão por parte da escola e dos professores no trabalho desenvolvido na instituição; que a escola conhece as diferentes constituições familiares e busca respeitar as especificidades de cada família, mas não realiza um trabalho específico sobre esse assunto; e que o assunto é trabalhado nos grupos de crianças quando há

¹ A pesquisa realizou-se em duas escolas, uma pública e uma privada, localizadas na região central do município de Londrina-PR.

necessidade. Para outras respondentes, há sim a possibilidade de mostrar às crianças as diferentes formações de núcleos familiares.

Desse modo, buscou-se nesse artigo refletir sobre a diversidade de arranjos familiares, e sobre o papel da escola junto às crianças adotadas, de modo que estas tenham suas histórias adotivas respeitadas, evitando assim o preconceito e a discriminação por parte da comunidade escolar; assim como, sugerir por meio da metodologia de projetos, a inserção do tema adoção no projeto político pedagógico da escola.

Quanto ao método, trata-se de um estudo bibliográfico com base na tese de doutorado 'A relação professor-escola-família na educação da criança de 4 a 6 anos' apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Assim como, nos estudos realizados no projeto de pesquisa 'A cultura da adoção no contexto da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: um estudo sobre concepções e práticas na organização do trabalho pedagógico', do Departamento de Educação, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

O estudo acerca da temática em questão tem apresentado a necessidade da existência de conhecimento sobre adoção na formação inicial e continuada do professor de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Em razão dos múltiplos 'desenhos' de família, falar de adoção na escola faz-se cada vez mais necessário, uma vez que muitas crianças são afetivamente adotadas pelos seus avós, madrastas, padrastos, tios, tias etc., enfim por pessoas que exercem a função materna e paterna.

2 DIVERSIDADE FAMILIAR

Diante da complexidade do tema família, dos diferentes contornos e concepções que esta instituição ganhou ao longo do tempo, optou-se, neste artigo, em pensar, em refletir sobre as 'famílias', uma vez que corroboramos com a ideia de que "não existe a família, mas uma diversidade de combinações circunscritas históricas e socialmente" (MARTINS; SZYMANSKI, 2004, p. 177). Assim como, com a ideia de que "o convívio entre as pessoas pode ser variado, indiferente ou não a

‘laços de sangue’ e, mesmo assim, podemos defini-lo como um conjunto de relações familiares.” (MARTINS; SZYMANSKI, 2004, p. 177).

Quanto à diversidade de constituições familiares, circunscritas históricas e socialmente destaca-se o impacto do desenvolvimento tecnológico (pílula anticoncepcional, reprodução assistida, exame de DNA), das mudanças no âmbito jurídico e dos movimentos sociais (SARTI, 2010). “Desde a revolução industrial, que separou o mundo do trabalho do mundo familiar e instituiu a dimensão privada da família, contraposta ao mundo público, mudanças significativas a ela referentes relacionam-se ao impacto do desenvolvimento tecnológico” (SARTI, 2010, p. 21). A autora destaca as descobertas científicas que resultaram em intervenções tecnológicas sobre a reprodução humana, introduzindo, no universo naturalizado da família, a dimensão da ‘escolha’.

Na década de 1960, por exemplo, difundiu-se a pílula anticoncepcional, mais tarde, no sentido oposto, a partir dos anos de 1980, as inseminações artificiais e as fertilizações *in vitro*, que propiciaram a reprodução assistida. É no mínimo interessante que se analise a influência das intervenções tecnológicas no que se refere à concepção de família. A pílula² abalou o valor sagrado da maternidade e a identificação entre mulher e mãe, por outro lado, as técnicas de reprodução assistida caminham em direção inversa ao reforçarem a maternidade e seu valor social (SARTI, 2010).

Na década de 1990, com a difusão do exame do DNA, surgem novas mudanças familiares, pois “essa forma de intervenção tecnológica é fundamental no que se refere a laços e responsabilidades familiares, porque ela diz respeito ao homem, em seu lugar de pai [...]” (SARTI, 2010, p. 24). Comprovada a paternidade, “abre-se o caminho para que esta seja reivindicada, causando forçosamente um impacto na atitude tradicional de irresponsabilidade masculina em relação aos filhos, o que significa um recurso de proteção para a mulher, mas sobretudo para a criança.” (SARTI, 2010, p. 24).

A família, hoje, tem sido alvo de importantes interferências internas e externas, o que dificulta sustentar a ideologia que associa a família à ideia de

² Na década de 1970, a música “Pare de tomar a pílula”, de Odair José, retrata a opção da mulher em ter um filho ou não, em especial, a estrofe que diz, “Todo dia a gente ama, Mas você não quer deixar nascer, O fruto desse amor”.

natureza, uma vez que “os acontecimentos a ela ligados vão além de respostas biológicas universais às necessidades humanas, mas configuram diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos” (SARTI, 2010, p. 21).

As mudanças, assim, incidem também sobre o plano jurídico e alteram o estatuto legal da família. De acordo com Sarti (2010) e Sambrano (2006), a Constituição Federal de 1988 instituiu profundas alterações no que se refere à família, tais como, “a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher” (SARTI, 2010, p. 24); o reconhecimento da “união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar [...], além de enfatizar a necessidade de proteção dos dependentes – crianças e idosos[...]” (SAMBRANO, 2006, p.143); e “o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que os define como “sujeitos de direitos” (SARTI, 2010, p. 24).

Segundo Sarti (2010), o ECA contribui para a ‘desidealização’ do mundo familiar quando “dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares, ao mesmo tempo em que reitera ‘a convivência familiar’ como um ‘direito’ básico dessa criança.” (SARTI, 2010, p. 24).

Já, no que diz respeito às relações familiares indiferente ou não a ‘laços de sangue’, entendemos que, a família pode ser concebida como um grupo de pessoas constituído, não necessariamente, por homem-pai, mulher-mãe, filhos e irmãos de sangue, mas pessoas que exercem a função paterna e materna, o papel de filho e o papel irmão. A função materna, por exemplo:

[...] pode ser exercida por qualquer adulto responsável, seja mãe biológica, adotiva, pai, avô, avó, tia... Veja que, para exercer a função materna, não é necessário ser uma mulher. O importante é estar o máximo possível disponível para acolher a criança, tentando compreender o que ela sente [...]. (TUCHERMAN, 2008, p. 41).

Tal questão ajuda a desmistificar a ideia de família tradicional, constituída biologicamente por pai, mãe e filhos, isto é, outras pessoas, que não a mãe e o pai biológico, podem exercer a maternidade e a paternidade. Como por exemplo, a forte

presença dos avós no cuidado e educação dos netos, inclusive, em atribuições como levar e buscar as crianças na escola e participar dos eventos e reuniões propostos pela mesma.

Para Vitale (2010), as mudanças nos laços familiares e a vulnerabilidade que atinge as famílias demandam aos avós “novos papéis, novas exigências para essas figuras, personagens que ganham relevo não só na relação afetiva com os netos, mas também como auxiliares na socialização das crianças ou mesmo no seu sustento, mediante suas contribuições financeiras.” (VITALE, 2010, p. 94).

Quando nasce um bebê, muitas vezes, quem auxilia a família nos cuidados com o recém-nascido são as avós; geralmente, é a avó materna quem garante maior suporte neste momento. Ao término da licença maternidade, as avós são lembradas, novamente, como uma das possibilidades para o cuidado do bebê, para que a mãe possa retornar ao trabalho. Qual o lugar dos avós nas famílias brasileiras de hoje? Cuidar, educar ou ser responsável? “Disciplinar, ser companheiro das brincadeiras, contar histórias, oferecer pequenos presentes, passeios, guloseimas, conselhos, ouvir sentimentos, segredos, acolher, suprir algumas necessidades infantis, ajudar a sustentar, transmitir as histórias [...]” (VITALE, 2010, p.95).

Esses e tantos outros aspectos indicam a diversidade de situações que envolvem os avós. Quando a convivência entre avós e netos é intensa, estes podem se tornar parceiros dos pais na educação das crianças ou podem sentir que suas relações com os netos devem ter um caráter mais lúdico. “A maioria deles se dispõe voluntariamente a cuidar dos netos; outros, entretanto, consideram isso uma prestação de serviços e só interferem quando solicitados; outros, ainda, são obrigados a cuidar pela situação que se encontram de dependência econômica dos filhos.” (VITALE, 2010, p.95).

Segundo a autora, “os padrões referentes a esse cuidado e a essa relação são, portanto, construídos cultural e socialmente.” (VITALE, 2010, p. 95). Em famílias populares, o fato de o casal morar com os pais faz com que os avós participem dos cuidados cotidianos das crianças. Em determinadas situações, os avós assumem a guarda temporária ou definitiva de seus netos, tornando-se pais adotivos. “A pobreza, o desemprego, o aumento da desigualdade social, a insuficiência das políticas públicas e sociais podem ter levado ao aumento de sua contribuição na rede familiar.” (VITALE, 2010, p. 96).

Por outro lado, em razão da inserção da mulher no mercado de trabalho, do ritmo acelerado que a vida moderna impõe, as famílias mais abastadas também contam com o apoio dos avós na educação das crianças. “As novas dimensões da vida familiar – tais como as mudanças nas relações de casamento e a monoparentalidade – parecem também colocar em evidência muito mais os laços intergeracionais e destacar a presença de avós nas cenas familiares.” (VITALE, 2010, p. 100).

Em resumo, sabe-se que a família mudou e os papéis desempenhados por seus membros, entre eles: avós à moda antiga; avós ‘modernos’; mãe chefe de família; homem/pai que cuida dos seus filhos – leva a escola, participa de reuniões, leva ao médico, ao dentista, ocupa-se do banho e da alimentação das crianças, coloca para dormir, ajuda os filhos(as) na lição de casa etc. – tarefas estas vistas no passado, como responsabilidade apenas da mulher/mãe – e pequenos tios e tias – frutos de uma segunda ou terceira união, que se tornam tios aos dois, três anos de idade, de bebê de seus irmãos do primeiro casamento de sua mãe ou seu pai.

Em outras palavras, a família é uma instituição histórica e social que se transformou. Dessa forma, descarta-se a noção de que há um modelo de organização familiar, pois existe “uma diversidade de padrões familiares, pautados num projeto de relações interpessoais, não necessariamente referendados em laços sanguíneos” (SAMBRANO, 2006, p.144), entretanto:

A família tradicional continua sendo a forma mais presente na sociedade, mas não passou imune aos processos de transformação, sofrendo também significativas alterações. [...] as mudanças na organização da família estão acontecendo, prioritariamente, a partir das mudanças na condição feminina, que acabam afetando os papéis masculinos. (SAMBRANO, 2006, p. 143-144).

Sayão e Aquino (2006) ressaltam a impossibilidade de listar todas as formas de constituição familiar existente hoje, mas destacam: idosos (avôs e avós) que criam netos na ausência dos filhos; homens que assumem a educação dos filhos; mulheres chefes de família; a convivência de filhos do primeiro casamento com os da segunda ou, terceira união; casais homossexuais com filhos biológicos de um dos parceiros, ou adotados etc.

Acredita-se que, nos dias atuais, a monoparentalidade, o divórcio, a união estável e a reprodução assistida já venceram muitos preconceitos e têm sido aceitos

com mais naturalidade pela sociedade. Algumas constituições familiares, em razão da sua especificidade e do impacto na concepção tradicional de família, entre elas, a por adoção, que garante a possibilidade de homens e mulheres exercerem a paternidade e a maternidade e o direito de crianças a crescerem e a serem educada em uma família, embora sejam divulgadas e apoiadas pelos meios de comunicação, o que contribui para a superação de 'mitos e preconceitos', ainda são vistas com menos naturalidade por parte da sociedade, inclusive, quando se trata de adoção inter-racial e por casais homoafetivos.

A união entre casais homossexuais tem, recentemente, conquistado direitos no âmbito legal - o direito a união estável, ao casamento civil, e à adoção -, conseqüentemente, espaço na mídia impressa e televisiva, no entanto, ainda divide opiniões entre os brasileiros. Segundo Calderón et al (s/d, p. 696), por envolver a educação de crianças, o reconhecimento das famílias homossexuais, “[...] constituídas a partir de determinação da Justiça Brasileira que lhes concedeu o direito da adoção legal de crianças, possibilitando ainda a inscrição do nome dos dois pais ou das duas mães na certidão de nascimento da criança”, trazem inúmeros desafios ao sistema educacional, a escola e a comunidade escolar.

No que diz respeito às famílias constituídas por adoção, destaca-se o envio, às escolas e demais instituições de ensino, da Recomendação Administrativa nº 01/2010 do Ministério Público do Estado Paraná, a qual estabelece que:

[...] todas as crianças e adolescentes em processo de adoção matriculadas em estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, sejam tratadas como já pertencentes à família adotanda nos atos e eventos escolares, sem qualquer designação relativa à origem da filiação e da posterior regularização da documentação apresentada pelos adotantes, uma vez concretizada a medida. A presente recomendação revela-se imprescindível, uma vez que **a escola também é responsável pela adaptação da criança e do adolescente à sua nova família, em absoluta igualdade de condições do que ocorre com os filhos biológicos.** (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2010, p. 4, grifo meu).

O documento em questão estabelece o papel da escola no caso da presença de crianças em processo de adoção, o que evidencia a influência da diversidade de arranjos familiares no cotidiano das escolas e das instituições de educação infantil, assim como, a necessidade de preparo das equipes para trabalhar estes arranjos.

Assim, é fundamental que a escolase mantenha atenta às mudanças familiares, respeitando os diferentes arranjos e formas de convivência, uma vez que, “na sociedade em geral, a família determina as dimensões das práticas educativas direcionadas às crianças e, antes disso, é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade do ser humano e o primeiro contexto de aprendizagem para as pessoas.” (SAMBRANO, 2006, p. 141).

Considerando o exposto até o momento, em especial, ao fato de que a maternidade, a paternidade e a filiação se dá para além da biologia, ou seja, o exercício dessas funções ocorre pela construção do vínculo afetivo entre as pessoas, apresentamos a seguir, em respeito as diferentes constituições familiares, um projeto com o tema adoção para o trabalho com as crianças da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

3 ESCOLA E ADOÇÃO: Projeto ‘Somos Todos Adotados’

Todos os filhos são biológicos e todos os filhos são adotivos. Biológicos, porque essa é a única maneira de existirmos concreta e objetivamente; adotivos porque é a única forma de sermos verdadeiramente filhos. A real e autêntica parentalidade é a afetiva. O processo biológico é apenas o conduto para que se possa amar e, portanto, transformar o puramente biológico em afetivo. (SCHETTINI FILHO, 2004, p. 43).

Mas, por que trabalhar a adoção na escola? Porque a filiação adotiva não é inferior a filiação biológica, portanto, se desejamos construir uma cultura adotiva não podemos reforçar ‘mitos e preconceitos’ omitindo a condição de adotadas das crianças. Porque os conteúdos, tais como, história de vida, família, reprodução humana, suscitam o tema adoção. Sendo assim, é importante a família informar à escola que a criança foi adotada, e que deseja que a sua história adotiva seja respeitada pelos colegas, funcionários e professores da escola. Isso significa que a criança adotada deve ser tratada com respeito, devendo a escola evitar constrangimentos e situações vexatórias.

Contudo, “como inaugurar ‘realmente’ uma nova cultura de adoção? Como mudar ‘definitivamente’ um paradigma? Como derrubar mitos e preconceitos?” (SCHETTINI, 2009, p. 1). Para a autora, é necessário construir um entendimento mais abrangente sobre o conceito de adoção, e a família e a escola são agentes

importantes neste processo de construção de uma cultura da adoção. Schettini (2009) propõe o desenvolvimento de uma atitude adotiva, que consiste num ato de amorosidade, de acolhimento, de compreensão, de respeito às singularidades do outro, para ela “adoção precisa ser uma atitude aprendida na família e solidificada como valor na escola.” (SCHETTINI, 2009, p. 4).

Para a Coordenadora do Programa Transversais, a Professora Doutora Dilma Tavares Luciano, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), adoção trata-se de um tema transversal na formação do professor. Para a professora, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o tema adoção se insere no capítulo denominado Ética, que desenvolve quatro conceitos básicos: respeito, justiça, diálogo e solidariedade (LUCIANO, 2016). Desse modo, entendemos que na creche e na pré-escola o tema adoção se insere no Art. 6º, Parágrafo I e II, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), uma vez que, as propostas pedagógicas devem respeitar os princípios éticos e políticos, da solidariedade, do respeito e dos direitos de cidadania.

Para tratar desse assunto a professora entrevista o Professor Doutor Guilherme Lima Moura, do Departamento de Ciências Administrativa da UFPE. Para o entrevistado o tema adoção é pertinente à formação do professor, pois a escola é um lugar por excelência de diversidade, portanto, cabe a ela acolher as diferentes constituições familiares. Que família chega à escola? Como formar o professor para lidar com os conceitos de adoção e atitude adotiva? Para ele é preciso ajudar os professores a refletir sobre alguns conceitos, tais como: O que é adoção? O que é filiação? O que é maternidade e paternidade? O que é genitor(a)?

A palavra adoção é um conceito que vem do latim *Adoption* que significa escolher. Portanto, adoção é escolher exercer a maternidade e a paternidade de forma consciente e responsável, ou seja, a adoção gera laços de maternidade, de paternidade e de filiação entre as pessoas. Os conceitos de maternidade e paternidade vem do latim *mater* e *pater* que significa aquele que acolhe, que cuida que protege. Já, filiação significa tornar-se filho ou filha. É importante entendermos também o conceito de genitor(a), a palavra genitor e *genitrix* vem do latim e quer dizer ‘aqueles que geram’ (MOURA, 2016).

Para Moura (2016), os professores precisam refletir sobre esses conceitos para entender que pai e mãe são aqueles que exercem a maternidade e a

paternidade, que cuidam, que acolhem, o que pode acontecer ou não com aquele que gestou, que gerou a criança. Logo, adoção é uma forma de fazer-se pai, de paternar, de fazer-se mãe, de maternar, de tornar-se filho, diferente de gerar, de gestar. Corroboramos com essa ideia de que os filhos, inclusive os biológicos, precisam ser adotados pelos seus genitores, para que estes se tornem pais de fato, não apenas de nascimento.

Compreendido os conceitos, o professor terá facilidade em entender que a família é o lugar do encontro afetivo, e não um produto biológico, logo, uma família homoafetiva é tão legítima como uma família heteroafetiva. Para tanto, é preciso uma ruptura com o conceito de que pai e mãe é aquele que gesta, gestação não depende da maternidade, pois para exercer a maternidade e a paternidade é preciso ir além do aspecto biológico, é preciso adotar, acolher, cuidar do nascituro, da criança e do adolescente (MOURA, 2016).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), no Art. 7º, as instituições de Educação Infantil devem cumprir sua função sociopolítica e pedagógica, “construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa”. No caso da adoção é preciso romper com a ideia de que adoção é uma forma de filiação de segunda categoria, de que ‘ter nascido de’ não significa ‘ser filho de’, contrapondo o ato da procriação à complexa e amorosa tarefa de educar um filho (LUCHI, 2011). Nas palavras de Schettini (2009), a família e a escola devem “intensificar a veiculação da palavra adoção, trabalhando-a com a criança, desde a mais tenra idade, como um conceito positivo, vinculado à ações humanizadoras: adoção do amigo, da sala de aula, da escola, do meio ambiente, de causas sociais.” (SCHETTINI, 2009, p. 4).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos. Dessa forma, como dito anteriormente, o tema adoção se insere nos dois primeiros que tratam da solidariedade, do respeito e dos direitos de cidadania. Para Schettini (2009), os projetos políticos pedagógicos escolares devem contemplar a temática da adoção, desenvolvendo práticas pedagógicas que valorizam a diversidade como instrumento para a educação e não

como obstáculo, e trabalhando os diversos conteúdos do tema família de forma interdisciplinar, através da pedagogia de projetos.

Desse modo, apresentamos a seguir uma sugestão de projeto para o trabalho com as crianças, lembrando que cada professor, cada grupo de crianças poderão e deverão construir o seu, de acordo com o interesse e realidade de cada um, adequando as atividades a faixa etária, as necessidades e expectativas dos envolvidos.

Quadro 1 – Projeto de Trabalho: Somos todos adotados

PROJETO DE TRABALHO		
TEMA: SOMOS TODOS ADOTADOS		
OBJETIVO	CONTEÚDO	METODOLOGIA
Conhecer, compreender e familiarizar-se com o vocábulo 'adoção'.	Conhecimento, respeito e valorização da cultura da adoção.	Roda de Conversa: Propor questões interessantes, tais como: Quem sabe me dizer o que significa adoção? Quando você ouviu essa palavra 'adoção'? Você é adotado? Você conhece alguém que foi adotado?
Construir uma nova cultura, a fim de evitar mitos e preconceitos sobre a adoção.	Identificação progressiva acerca da filiação biológica e adotiva.	Roda de Conversa: Iniciar o questionamento, a partir de fotografias, notícias de jornais, comemoração do Dia Nacional da Educação – 25 de maio e/ou o Dia Mundial da Adoção – 09 de novembro.
Desenvolver uma atitude adotiva, valorizando ações de amorosidade, de acolhimento, de compreensão, e de respeito às singularidades do outro.	Percepção e respeito às diferentes composições familiares (pai-mãe-filhos, pai-filhos, mãe-filhos, avó-mãe-filhos...).	Atividade de pesquisa: buscar informações por meio de pesquisas, entrevistas, histórias de vida e pedidos de informações às famílias, sempre com a ajuda do professor e de outras pessoas adultas.
Identificar e compreender que as famílias são formadas pela via da biologia e da adoção, ou seja, que para ser filho não é preciso necessariamente ter sido gestado pela sua mãe.	Valorização da história de vida das famílias, em especial, as histórias adotivas. Percepção da existência de crianças 'acolhidas' a espera de uma família por adoção.	Exibição de filmes infantis que trazem o tema adoção, tais como: Kung Fu Panda, Meu

<p>Perceber, respeitar e valorizar as diferentes composições familiares.</p> <p>Compreender que a função materna e paterna pode ser desenvolvida por outra pessoa querida (avó, avô, irmão, padrasto, madrasta...).</p> <p>Reconhecer que toda criança tem o direito de viver em uma família.</p>		<p>Malvado Favorito, Superman, Tarzan etc.</p> <p>Contação de histórias que trazem o tema adoção, tais como: A vaca que botou um ovo, Ganhei uma menina, Somos um do outro etc.</p> <p>Atividades de registro: desenho, pintura, escultura, produção de texto coletiva e individual, acerca do tema trabalhado.</p> <p>Confecção de painéis, e exposição do material produzido durante o projeto.</p> <p>Convidar uma família adotiva para uma conversa com as crianças na escola.</p> <p>Comemorar o 'Dia da família' ou o 'Dia de quem acolhe' na escola, valorizando as diversas constituições familiares.</p>
<p>AVALIAÇÃO: O projeto será avaliado por meio da observação e do registro quanto ao interesse, participação e compreensão da criança acerca do conteúdo desenvolvido, assim como sobre a adequação dos conteúdos escolhidos, das propostas lançadas, o tempo e ritmo impostos ao trabalho.</p>		

Fonte: A Autora.

Sugerimos também a documentação do projeto, enquanto um “instrumento metodológico que se relaciona de maneira direta ao planejamento, à avaliação, à comunicação com as famílias, à construção de memória sobre as experiências.” (MARQUES; ALMEIDA, 2012, p. 444). Dando visibilidade ao projeto educativo, produzindo informação e conhecimento a partir da reflexão sobre a temática da adoção.

Dentre as diferentes funções da documentação pedagógica, destaca-se aqui a documentação produzida “com o intuito de promover a comunicação e a relação com as famílias, fornecendo informações que as possibilitem conhecer os itinerários e as escolhas pedagógicas e didáticas [...], oportunizando o debate e confronto entre pontos de vista” (MARQUES; ALMEIDA, 2012, p. 451), dando visibilidade ao tema adoção no âmbito escolar, construindo assim uma nova cultura da adoção.

Segundo Schettini (2009), a escola que assume uma atitude adotiva, terá mais facilidade em acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea; contemplar as necessidades educacionais das crianças provenientes dos diferentes arranjos familiares, evitando práticas que as excluam e as discriminam; garantir o direito da criança e do adolescente a convivência familiar; contribuir na construção de uma nova cultura da adoção; reformular os conceitos de paternidade e maternidade; buscar conhecimento sobre a adoção; desenvolver práticas pedagógicas que valorizam a diversidade como instrumento e não como obstáculo na educação das crianças.

Importante dizer que as reflexões sobre a adoção na escola, bem como o projeto de trabalho ‘Somos todos adotados’, aqui apresentado são frutos das pesquisas (monografias, trabalho de conclusão de curso (TCC), projetos de iniciação científica), leituras e discussões realizadas nos grupos de estudos, do projeto de pesquisa ‘A cultura da adoção no contexto da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental’.

Quanto aos resultados desse trabalho, acreditamos ter contribuído para a construção de uma cultura da adoção nas escolas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, oportunizando aos profissionais da educação (diretores, coordenadores, professores e funcionários) conhecimento sobre o papel da escola junto às crianças adotadas e suas famílias. Alertando para a necessidade da inserção de conhecimentos sobre adoção nos cursos de formação inicial e continuada dos professores. E por fim, espera-se com esse artigo orientar e instrumentalizar os professores para trabalharem a adoção na sala de aula.

4 CONCLUSÃO

Considerando a diversidade de arranjos familiares, e o direito das crianças e suas famílias de serem respeitadas nas suas especificidades, pensamos ser imprescindível a inserção do tema adoção nos projetos políticos pedagógicos das escolas, o que contribuiria para a construção de uma nova cultura da adoção. Isto é, uma concepção de adoção enquanto direito da criança de viver em família, com os mesmos direitos e deveres daqueles 'gerados' e 'adotados' por seus pais de origem.

Para tanto, aponta-se também a necessidade do tema adoção ser contemplado nos cursos de formação inicial e continuada dos professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, conferindo-lhes conhecimento sobre adoção, a fim de capacitá-los a trabalhar essa temática no contexto escolar.

Por fim, destacamos também a contribuição da Universidade, no que diz respeito à construção de uma cultura da adoção na escola, por ser esta uma instituição por excelência formadora de professores para a educação básica. Sendo ainda, um espaço de produção e disseminação do conhecimento, podendo construir saber teórico aliado à prática dos professores acerca da adoção na Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, cumprindo assim, com a sua função social que é possibilitar a aproximação entre o conhecimento científico e a comunidade externa.

THE SCHOOL AND THE NEW FAMILIES:

the importance of the adoption theme in the political pedagogical projects

ABSTRACT

The article aims to reflect about family arrangements diversity and the role of the school in adoptive families. This is a bibliographic study based on the author's PhD thesis that deals with the teacher-school-family relationship and in studies conducted in a research project on school adoption. The results consist in the production and dissemination of knowledge, contributing to the construction of a culture of adoption in schools. Finally, it is expected that through the research we can overcome the myths and prejudices of adoption, giving visibility to the issue in the area of education.

Keywords: School. Family diversity. Adoption.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 5**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 27 mar. 2017.

CALDERÓN, A. I. et al. **Novos Desafios e Demandas à Comunidade Escolar: A Escola e a Educação de Crianças Adotadas por Famílias Gays**. Disponível em: < <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5287> >. Acesso em: 18 nov. 2016.

LUCHI, T. A família adotiva e a escola. **GAFAP** – Grupo de Apoio à adoção: finalidades e dinâmicas. 2011. Disponível em < <https://gafap1.wordpress.com/2011/05/20/dia-nacional-da-adocao/> >. Acesso em: 20 abr. 2017.

LUCIANO, D. T. **Programa Transversais** – Guilherme Lima. 2016. Vídeo. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2aP5Don6Nt4> >. Acesso em: 17 abr. 2017.

MARQUES, A. C. T; ALMEIDA, M. I.de. A documentação pedagógica na abordagem italiana: apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 12, n. 36, p. 441-458, maio/ago. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4639/4582> >. Acesso em: 11 dez. 2017.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 177-187, 2004.

MORENO, G. L. **A relação professor-escola-família na educação da criança de 4 a 6 anos**: estudo de caso em duas instituições de ensino da cidade de Londrina. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOURA, G. L. **Programa Transversais** – Guilherme Lima. 2016. Vídeo. Entrevista concedida a Dilma Tavares Luciano. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2aP5Don6Nt4> >. Acesso em: 17 abr. 2017.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Estado. **Recomendação Administrativa n. 01/2010**. Curitiba, 2010.

SAMBRANO, T. M. Relação instituição de educação infantil e família: um sonho acalentado, um vínculo necessário. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação Infantil: para quê, para quem e por quê?** Campinas: Editora Alínea, 2006.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAYÃO, R.; AQUINO, J. G. **Família: modos de usar**. Campinas: Papyrus, 2006.

SCHETTINI, S. S. M. **A importância da temática da adoção nos projetos políticos pedagógicos escolares**. 2009. 12 slides. Disponível em: <
<https://www.slideshare.net/FAdotivos/a-importncia-da-temtica-da-adoo-nos-projetos-politicos-pedaggicos-escolares>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

SCHETTINI FILHO, L. **Adoção: origem, segredo e revelação**. Recife: Bagaço, 2004.

TUCHERMAN, S. E. (Org.). **Família**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

VELOSO, L. F. **Como crianças e adolescentes adotivos são vistos pela escola**. Curitiba: Appris, 2015.

VITALE, M. A. F. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: _____. **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

Correspondência:

Gilmara Lupion Moreno. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente na Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Arte - CECA, Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: gilmara_lupion@hotmail.com

Recebido em: 27 de dezembro de 2017.

Aprovado em: 26 de março de 2018.